

Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano para o pensamento social brasileiro

[Social experiences of activists from the Associação Cultural do Negro (1954-1976) and the contribution of Black associations in São Paulo to Brazilian social thought

Mário Augusto Medeiros da Silva¹

Partes deste artigo foram originalmente apresentadas no 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), ocorrido na UFSC, em Florianópolis, em 2019, no GT de Sociologia Histórica. O trabalho recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

RESUMO • O artigo é um estudo sociológico sobre a experiência associativa negra, cujo diálogo com o pensamento social brasileiro sobre a vida negra em São Paulo é fundamental. Busca-se discutir experiências que funcionam como formas de solidariedade do associativismo negro em luta antirracista, de maneira por vezes mais ou menos explícitas e que nem sempre foram verificadas assim, especialmente no âmbito de uma história sociológica dos estudos de relações raciais atento ao grupo social negro paulistano. Tais experiências estão situadas entre os anos 1950 e 1970 em São Paulo, tendo como foco a Associação Cultural do Negro (1954-1976). • **PALAVRAS-CHAVE** • Associativismo negro; pensamento social brasileiro; experiência social. • **ABSTRACT** • The article is a sociological study on the black associative

experience, whose dialogue with Brazilian social thought on black life in São Paulo is a core topic. The aim is to discuss experiences that function as forms of solidarity of black associations in the anti-racist struggle, in ways that are sometimes more or less explicit and that have not always been verified in this way, especially within the scope of a sociological history of racial relations studies attentive to black people. Such experiences are situated between the 1950s and 1970s at São Paulo city, focusing on the Associação Cultural do Negro (1954-1976), an organization that serves as a link between associative experiences from the beginning of the 20th century and more recent decades, at the end of the dictatorship. • **KEYWORDS** • Black associativism; Brazilian social thought; social experience.

Recebido em 22 de agosto de 2024

Aprovado em 19 de novembro de 2024

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano para o pensamento social brasileiro. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10721.



Seção: Dossiê

DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10721](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10721)

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

ASSOCIATIVISMO NEGRO E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Experiências da cidadania negra no pós-Abolição podem ser flagradas por diferentes ângulos. Cada vez mais na bibliografia têm sido entendidas como formas de solidariedade social, protagonizadas por ativistas negras e negros e expressões de luta antirracista.

A ideia de um associativismo negro ocupou parte do debate das ciências sociais brasileiras, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos 1930 e 1980, através de artigos, teses e livros. Inquiria-se especialmente sobre os sentidos da organização coletiva negra, tomando-se por base o período temporal após a Abolição, preocupando-se em particular com a construção coletiva de significados sobre a cidadania e seus direitos na República para aquele grupo social. Tais ideias têm sido revisitadas criticamente por estudos mais recentes.

É interessante notar que, nos trabalhos dos cientistas sociais, poucas vezes será definido explicitamente o que se entende por associativismo negro, embora ele seja tratado como problema sociológico: os sentidos do querer e fazer coletivo de homens e mulheres de frações do grupo negro organizados sob uma atividade ou entidade no espaço público voltado para os interesses do grupo que procuravam representar (DOMINGUES, 2018a; SILVA, 2023). Daí temas como imprensa, literatura, cordões carnavalescos, sambas, clubes de lazer e sociabilidade ou entidades políticas serem o foco de alguns desses estudos. Vale notar que a participação em uma atividade ou entidade não exclui flagrar o mesmo sujeito social em outras, com fins semelhantes.

É igualmente importante recordar que esse sentido de um querer e fazer coletivo negros é marcado pela experiência histórica e as alterações políticas e culturais marcadas em 1888 e 1889. Desde o final do século XIX, portanto, os negros, como um conjunto significativo da população brasileira, ter-se-iam que haver com as consequências de processos de mudança social tão profundos e que os afetariam diretamente. Avento aqui a hipótese, pensando comparativamente com o trabalho da socióloga estadunidense Theda Skocpol (2006), de que também no Brasil o associativismo negro faz parte de uma esquecida história cívica. A bibliografia sobre o associativismo negro brasileiro, enfocando São Paulo, é numerosa e possui diferentes desdobramentos (RAMOS, 1938;

BICUDO, 2010; GOMES, 2013; BASTIDE, 1973; LEITE; CUTI, 1992, p. 142-144; BASTIDE; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 1978; ANDREWS, 1998).

Procuro entender como certas experiências foram possíveis e como elas informaram as pesquisas sociológicas realizadas entre os anos 1950 e 1960 em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), acerca da luta negra antirracista e os limites da democracia racial (BRASIL JR.; SILVA, 2021). Valer-me-ei inicialmente de registros biográficos, objetivando flagrar experiências individuais que se encontrarão posteriormente em uma experiência coletiva (LEITE; CUTI, 1992; PINTO, 2014; SILVA, 2017a; TIEDE, 2018). Homens e mulheres negros, com pontos de partida dessemelhantes geográfica, geracional, econômica, cultural ou politicamente, mas cujo ponto em comum – o fato de serem negros, oriundos de famílias negras do pós-Abolição – os levou a buscar um encontro com “a raça”, com “o meio”, “com a sua gente”, como dirão. Esse encontro não marcado se dará, dentre outros lugares, na Associação Cultural do Negro (ACN), organização pouco estudada pela bibliografia (MOURA, 1983; DOMINGUES, 2008; SILVA, 2012; DOMINGUES, 2018a), mas que possui papel importante nas pesquisas sociológicas sobre o negro em São Paulo, balizando outras experiências associativas subsequentes, como o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan, 1974-1978), o Movimento Negro Unificado (1978-) ou os Cadernos Negros (1978-), tendo em vista o seu referencial para essas novas associações e a presença de ex-membros da ACN nelas.

Baseio-me teoricamente numa abordagem da sociologia da memória. Os estudos de Halbwachs (1925; 1950) sobre a memória coletiva abriram caminhos para pensar os problemas da modernidade em processos de destruição, violências variadas e produção de identidades coletivas, como temas políticos da questão nacional. Eclea Bosi (1979), Michael Pollak (1989), Elisabeth Jellin (2002; 2017), por exemplo, têm essa perspectiva para discutir a dimensão da lembrança individual ou do testemunho como uma forma de reconstrução de processos sociais atravessados pela recordação de guerras e massacres, ditaduras e disputas dos espaços de recordação ou, ainda, como formas de percepção das mudanças sociais experimentadas pelos grupos sociais dos quais os sujeitos que recordam representam. Classes sociais, gênero, atividade laboral e, numa perspectiva mais detida, pertencimento étnico-racial importam como clivagens para a compreensão do problema da memória social. Este último ponto é abordado, por exemplo, por Michael Hanchard (2008) ao tratar do que ele denomina de memória negra em conflito com a memória estatal, como uma forma de analisar projetos coletivos, estratégias de manutenção de solidariedade social, transmissão de experiências e produção de contranarrativas antirracistas.

Esta abordagem me parece interessante para o que pretendo explicitar a seguir, mostrando a construção de uma associação negra, que teve diálogos intensos com um conjunto de cientistas sociais e seus projetos de investigação sobre o racismo no Brasil, de um lado. Mas que, por outro, também pavimentou e transmitiu experiências de lutas antirracistas do início e metade do século XX para a geração da década de 1970 que, por sua vez, molda aspectos do antirracismo contemporâneo no Brasil, disputando projetos políticos no âmbito do Estado ou conformando pautas na sociedade de maneira mais ampla, por meio de movimentos sociais (PEREIRA, 2013; RIOS, 2014).

UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO EM SÃO PAULO (1954-1976)

No intervalo democrático entre o fim do Estado Novo e a ditadura civil-militar surgiu a Associação Cultural do Negro (1954-1976) em São Paulo. Minha hipótese é a da sua possibilidade analítica como contribuinte de uma história cívica em São Paulo, na luta por direitos e cidadania do negro, protagonizada por intelectuais e ativistas. O que, comparativamente, Theda Skocpol (2006) chamou de “*a missing part of America's civic past*” ao realizar, com sua equipe, um estudo de sociologia histórica acerca da existência de diferentes associações negras em atividade desde 1775, antes da Guerra Civil ou da Guerra de Secesão (1861-1865) –antes, portanto, da Abolição naquele país–, e que constituem um capítulo importante tanto da vida democrática mais ampla, como das lutas por direitos específicas do grupo negro, culminadas no século XX.

Discutir o associativismo negro como uma história da cidadania parece fazer sentido para o caso brasileiro também. Uma das associações que congregaria vários dos aliados da Pesquisa Unesco de Relações Raciais em São Paulo (MAIO, 1997), a Associação Cultural do Negro (1954-1976), fundada em 28 de dezembro de 1954, foi forjada por distintos fatores de importância. De um lado, por sujeitos que haviam se confrontado em experiências anteriores de associativismo político e cultural negro (clubes sociais, irmandades, Frente Negra Brasileira, teatro negro e imprensa negra), como José Correia Leite, Henrique Cunha Jr. ou Geraldo Campos de Oliveira (SILVA, 2012; 2017 a, 2017b; 2022); de outro, por jovens negros que nos anos 1950 aspiravam encontrar-se com uma organização de seu grupo social, oriundos do interior, de experiências religiosas ou políticas à esquerda (como Jorge Prado Teixeira, Oswaldo de Camargo, Carlos de Assumpção, Pedrina Faustina Alvarenga, Teda Ferreira Pellegrini, Sebastiana Vieira, Odacir de Mattos ou Américo Orlando da Costa); todos incomodados com o fato da invisibilidade do grupo negro nas comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Em 1954, nas comemorações do Quartocentenário [...] houve muitas festas, mas o negro não se fez presente, isto porque naquele ano não havia uma entidade organizada para tratar do assunto [...]. Mas eu achei que esse negócio não estava certo e então nós tínhamos de fazer uma outra entidade mesmo. Por casualidade encontrei-me com o Borba [José de Assis Barbosa], que já tinha dado uma iniciativa sobre a ideia da fundação de uma entidade cultural [...]. Achei que uma entidade cultural, de propaganda em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade. (LEITE; CUTI, 1992, p. 163).

Congregando mais de 700 sócios de ambos os性os e variadas profissões, de acordo com as fichas de seu arquivo, e localizada, numa primeira fase (até 1964), no 16º andar do Edifício Martinelli, centro da cidade, a ACN esforçou-se em realizar publicações de jornais (*O Mutirão e Níger*), publicações e debates (série Cultura Negra), discussões públicas sobre a questão racial (tendo como seus aliados e associados sociólogos e intelectuais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paula Beiguelman, José Mindlin, Eduardo de Oliveira e Oliveira – sendo este último seu dirigente no período final) e mesmo ser um espaço, temporário, de recepção a debates sobre a luta anticolonial em países africanos de expressão portuguesa (SILVA, 2017b; 2018).

A Associação também sofrerá alterações, em razão das dificuldades de manutenção (a regularidade de pagamento dos sócios, por exemplo), dos antagonismos de projetos internos (era também um espaço recreativo e de sociabilidade jovem, voltado para bailes, atividades desportivas etc.), bem como em função do golpe civil-militar de 1964 (uma vez que alguns de seus membros importantes tinham filiações e atividades de esquerda). A fase após 1965 até seu fim se dará no bairro pobre e negro da Casa Verde, sob a presidência do sociólogo mestiço Eduardo Oliveira e Oliveira e da advogada Gilcélia de Oliveira (SILVA, 2012; 2018; TRAPP, 2018). Aí seu caráter se alterará, sendo um espaço voltado para a comunidade do bairro, realizando cursos de alfabetização e reforço escolar, ou para debates sobre a identidade negra, por meio da história africana e brasileira.

Cerra suas portas em 1976, por razões ainda a pesquisar mais profundamente, mas que coincidem com as mudanças do próprio associativismo negro e dos jovens que o compunham em São Paulo – a geração dos anos 1970, crítica dos velhos modelos de organização negra, com filiações políticas em grupos de esquerda mais incisivos que o Partido Comunista, com formação pelos ambientes universitários e que organizará aquilo que se denominará Movimento Negro a partir dos anos 1978 (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982).

Neste ponto, é do meu interesse inserir, no debate teórico a respeito das ideias sobre o associativismo negro e uma sociologia da memória coletiva negra, as perspectivas dos sujeitos que o compuseram historicamente. Destarte, quero apresentar alguns aspectos biográficos de antigos membros da Associação Cultural do Negro, que, creio, permitam complexificar o cenário apresentado. Estou certo de que se trata de um extrato insuficiente, tendo em vista uma associação com grande número de participantes, dos quais a maioria inacessível atualmente, por ausências de memórias escritas, entrevistas diretas ou indiretas. De toda maneira, as trajetórias a seguir podem ser lidas como exemplares de possibilidades insuspeitas naquele momento, considerando a maneira invisibilizada como foram tratadas as experiências sociais negras pela bibliografia especializada, com contáveis exceções.

VIDA NEGRA PROTEICA: O SENTIDO NO ASSOCIATIVISMO

“Há o tema do negro e há a vida do negro [...]. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira [...]. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje”
(RAMOS, 1957, p. 171).

As ideias possuem força social (BASTOS; BOTELHO, 2010). Elas são experienciadas, vividas e utilizadas pelos sujeitos sociais. Entre as experiências fabuladas e concretizadas dos sujeitos e suas enunciação, inclusive as dos estudiosos, existe um universo de possibilidades, muitas vezes insuspeito ou desprezado por puro preconceito social e/ou pelos limites da análise histórica e sociológica de um tempo. Dito de outra forma, ao se considerar seriamente a provocação de Alberto Guerreiro Ramos, em seu texto clássico *Patologia social do “branco” brasileiro* (1957), de onde retiro a citação, a vida negra se apresenta de maneira multiforme, especialmente no período do pós-Abolição. Essa multiplicidade de experiências tem sido flagrada por pesquisas que se interessam pelas possibilidades coletivas construídas por sujeitos negros em organizações variadas. Guerreiro Ramos instiga a pensar na dimensão proteica desses sujeitos e suas vidas, pois isso permite escapar às estereotipias sociais associadas de forma racista e discriminatória a pessoas negras no Brasil. Como sugere o mito grego de Proteu, donde o sociólogo retira o termo, há uma dupla indicação: de um lado, a revisão do passado social e a sugestão de um futuro em aberto, a ser construído pelos sujeitos negros; doutro lado, a permanente possibilidade de transformação, que na análise sociológica se dará pela compreensão das mudanças sociais protagonizadas e envolvidas por sujeitos negros. Perspectivar uma “vida negra proteica”, naquela acepção, implica em pensar possibilidades de escape ao “lugar do negro”, como escreveu Lélia González (1982), ou seja: criticar o racismo no Brasil por sua naturalização de lugares sociais subalternos para a experiência negra.

Uma geração de filhos, netos ou mesmo bisnetos de antigos escravizados fez da vida proteica parte compósita de luta social e pode ser flagrada em experiências coletivas, ações comuns que variam em pontos de início (migração do interior para a capital ou mesmo pequenas variações de renda familiar) e se ombreiam no ponto de chegada (o espaço de clubes, associações, bailes, times de futebol ou basquete amadores, partidos políticos etc.). A bibliografia mais recente sobre isso tem mostrado aspectos absolutamente surpreendentes dessa vida negra, seja no mundo associativo autônomo desde o século XIX (PINTO, 2010; 2014), ou ainda no século XX (DOMINGUES, 2018; SILVA, 2017b); no acesso aos cursos superiores e construção de carreiras profissionais, (GOMES, 2013; TRAPP, 2018) no mundo da política (SOTERO, 2015; RIOS, 2014).

Flagrantes dessa vida negra proteica e sua coadunação posterior em experiências associativas podem ser vistos nas trajetórias de sujeitos como José Correia Leite (1900-1989), Carlos Assumpção (1927-), Oswaldo de Camargo (1936-), Teda Ferreira (1936-), Geraldo Campos de Oliveira, Pedrina Alvarenga e Dorival Sirino dos Santos (SILVA, 2022). Alguns desses nomes são mais conhecidos que outros pelas pesquisas sobre associativismo, imprensa ou teatro negros em São Paulo. O que eles têm em comum? O pertencimento à primeira diretoria da ACN.

Neles observam-se trajetórias díspares: as experiências da orfandade, da moradia em porões ou cortiços, da migração do interior do estado para a capital, a localização em certos bairros específicos da cidade de São Paulo, o conhecimento de experiências associativas (bailes, religiosidade, política), o mundo dos jornais, o ensino profissionalizante, a política. Buscarei discutir brevemente alguns desses aspectos a seguir. Essas trajetórias foram importantes para organizar aspectos internos da ACN

e fundamentaram o diálogo com a sociologia das relações raciais e da crítica aos limites da democracia em São Paulo nos anos 1950 e 1960 (SILVA, 2018), servindo de base para as experiências do movimento negro nos anos 1970 e 1980 (TRAPP, 2018).

“E EU NÃO TINHA QUEM ME ORIENTASSE” – JOSÉ CORREIA LEITE

O que até hoje podemos saber, de forma consistente, sobre José Benedito Correia Leite (1900-1989) é o que ele mesmo nos fala, na longa entrevista concedida a Luiz Silva [Cuti], publicada postumamente em 1992 (LEITE; CUTI, 1992). Embora isso gere problemas metodológicos quanto à isenção das recordações ou a valorização e omissão de alguns fatos em detrimento de outros, seu relato é rico em experiências pessoais e coletivas, abrindo um leque de eventos, pessoas, associações, realizações, impasses e questionamentos importantes.

As experiências de orfandade, atribuição de doença mental a membros da família, autodidatismo e/ou uma formação escolar lacunar não são incomuns a intelectuais e ativistas negros, em função da história social desse grupo no Brasil. Nascido em São Paulo, em 1900, a trajetória de José Benedito Correia Leite é perpassada pela mestiçagem (filho de empregada doméstica negra com pai desconhecido branco), a pobreza vivida na região central da cidade – rua 24 de Maio, Bixiga, Saracura Grande, rua 13 de Maio –, a loucura da mãe, na infância, levando-o a ser criado por terceiros e a ter de lidar, desde pequeno, com a sua vida.

Suas lembranças desse período dizem pouco sobre a relação com a mãe – que o deixava sozinho para poder trabalhar – ou com sua única irmã. Na narrativa, a primeira enlouquece subitamente e não se sabe qual destino levou; a segunda falece em determinado momento e ambas saem de seu convívio. Sussurra sobre o pai, desconhecendo-se se aquele lhe transmitira o sobrenome ou algum afeto. Retrato doloroso da vida em porões e cortiços², em que uma criança mestiça e pobre não terá colher de chá. Sendo que a soma de duas fraquezas não produz uma força, a luta individual pela sobrevivência mostrará a um garoto de 6anos que, para ter o que comer ou onde dormir ao final do dia, em São Paulo, só se pode contar com o trabalho duro. Eis o encontro de Correia Leite com a sua vida: da entrega de marmitas ao carregamento de lenha para fogões; de moleque de recados a ajudante de carpintaria, entre outros afazeres.

Conjugado a esses fatores, tem-se um processo de socialização primária, no Bixiga, que não se dá no meio negro, mas, sim, entre os italianos migrantes do bairro, que lhe deram emprego e permitiram que morasse no porão das casas. Sem mãe ou alguém que por ele se responsabilizasse, não poderia entrar em escolas formais, a não ser

2 “Mas, quando criança, eu sofri muito, passei muita fome, muito frio. Era uma época em que São Paulo fazia um frio danado. E eu não tinha quem me orientasse. Muitas vezes eu ficava até tarde na rua. Às vezes eu dormia na casa de uma família negra que dava agasalho pra minha mãe. [...] Eu fui crescendo muito complexado. Não gosto muito de convívio com gente importante. Eu me sinto mal. [...] A maioria dos meus amigos também eram todos xucros, não sabiam nada, logo eu não podia aprender nada com eles” (LEITE; CUTI, 1992, p. 51-52).

pela benevolência alheia ou subterfúgios. A infância é relatada em poucas páginas, sem brinquedos ou palavras doces. Mas sim com limpezas de pátios para poder aprender a ler ou tentativas de estudar em escolas da maçonaria – para pobres. Há ainda a tentativa de aprender algo na escola do Mosteiro de São Bento, para meninos jornaleiros – o que ele nunca foi, mas podia fingir ser. Tudo por pouco tempo, sem perenidade.

De acordo com Leite, a convivência com os italianos lhe ensinou a dançar – já que, embora negro, não era muito escuro, podendo trafegar no preconceito à maneira ítalo-brasileira. Mas só podia ter pares masculinos, como era próprio das nuances discriminatórias. Ser ou não ser muito negro era o que sempre ouvia. E da decisão sobre o gradiente de sua cor dependia a entrada em bailes, namoros, a convivência com outros, a oportunidade em trabalhos, a existência social.

Entretanto, será dessa circunstância que ocorrerá o primeiro encontro de Correia Leite, ainda muito jovem, com uma sociedade de baile negra. Ao término de um ensaio com os italianos, na rua do Glicério, ele nota que começaria a dança da Elite Flor da Liberdade. Segundo ele: “Eu fui ficando espantado. Eu disse comigo ‘Estou perdendo tempo com esses italianos. Eu tenho uma sociedade que é minha, meu povo, minha gente’” (LEITE; CUTI, 1992, p. 27).

Esse é um momento decisivo nas memórias de Correia Leite, começando a marcar a passagem do individual ao coletivo. De menino órfão e solitário, encontra-se com uma história coletiva desconhecida até então: a existência, em São Paulo, de sociedades negras, organizadas, com gente bem-vestida e educada. Também é importante assinalar que se tratará de um momento de ambivalência para sua trajetória: ao longo de sua vida de ativista, ele deploará as sociedades exclusivamente voltadas para bailes e festas (embora seu encontro com a consciência negra tenha se dado num momento de lazer), onde os negros tentariam imitar padrões de comportamentos dominantes, em sua visão.

Outra circunstância decisiva na fase inicial de Correia Leite é o reencontro, também num baile, entre ele e seu amigo de infância, Jayme de Aguiar. Este tivera seus parentes protegidos pela família Paula Souza, o que lhe permitiu estudar no Colégio Coração de Jesus, nos Campos Elíseos. Dessa forma, Aguiar pôde ter uma vida diferente, estudando e se formando, tornando-se funcionário público. Também permitiria que se pensasse um escritor de crônicas e sonetos, embora não tivesse onde ou como publicar seus textos.

No reencontro, Aguiar se oferece para ensinar Correia Leite a ler e escrever corretamente, como também a operar a matemática. Propostas aceitas, com ambas, ele podia almejar futuros diferentes. Matriculou-se numa escola comercial para estudar contabilidade. O ritmo pesado da vida não lhe permitiu aguentar mais que um ano da rotina diária de trabalho e estudo até onze horas da noite, recomeçada de madrugada.

Nessa etapa, Correia Leite tem 24 anos. No universo das sociedades negras de baile, ele e Aguiar têm a ideia de fundar um jornal. Essa socialização secundária, de convivência no meio negro, lhe permite observar o comportamento coletivo do negro organizado, se aproximar dele e questioná-lo (LEITE; CUTI, 1992, p. 33). Afinal, se os

estrangeiros criavam e mantinham suas sociedades benéficas, por que o mesmo não ocorreria com o meio negro organizado?

A 24 de janeiro de 1924 saiu o primeiro exemplar do jornal *O Clarim*, fundado por Jayme de Aguiar e Correia Leite, este responsável pela tipografia, trabalho manual reservado para quem recentemente conhecia as primeiras letras. No princípio, era um espaço para os textos de Aguiar. Quando este resolve se retirar das atividades do jornal, seu amigo assume a direção d'*O Clarim*, visando algo diferente, que tivesse sentido social e político mais abrangente. Estampando ser, no subtítulo, “orgam literário, noticioso, científico e humorístico” [sic], entre 1924 e 1927, passa a “Legítimo orgam da mocidade negra” [sic], em sua segunda fase, bem como “noticioso, literário e de combate”, até 1932.

É possível afirmar que essa radicalização d'*O Clarim* d'Alvorada coincide com o período de grande convulsão da ordem coletiva, tanto em São Paulo como no país. Destarte, o negro organizado – diferentemente do que se afirma em geral – não é apenas uma testemunha da história no período. Tendo isso em vista, pode-se compreender, mais facilmente, a quantidade de iniciativas, formações, articulações e desentendimentos entre os anos 1930 e 1940 em meio ao grupo negro paulistano, nas recordações de Correia Leite. Fixemo-nos nessas décadas como momentos importantes: é a conjuntura de formação do Centro Cívico Palmares (1926-1929), do Congresso da Mocidade Negra (1928), do Movimento para ereção da Herma de Luiz Gama no Largo do Arouche (1930)³, das discussões em torno do Monumento à Mãe Negra, no Largo do Paissandu (1930)⁴, da Frente Negra Brasileira (1931-1937), do Clube Negro de Cultura Social (1932) e da criação da Legião Negra de São Paulo, em 1932 (DOMINGUES, 2008; FAUSTINO, 2011), circunstâncias em que o negro organizado de São Paulo tem de se posicionar coletivamente, sendo cobrado por suas ações e posturas face aos eventos. Entre os anos de 1937 a 1948, pouco se passa em suas memórias sobre o associativismo. Em 1948, ele participa da Associação dos Negros Brasileiros, experiência que segue até o começo dos anos 1950, até a criação da ACN, em 1954. O que aglutinaria negros, em São Paulo, uma vez mais, em torno de uma causa política e cultural seria a preocupação com sua invisibilidade nas comemorações oficiais do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1554-1954). Daí decorre o surgimento da

3 “Nesse ínterim, o argentino Celso Wanderlei – que foi presidente do Cordão Carnavalesco Campos Elíseos [...] ele teve a ideia de se preparar para o aniversário do nascimento do Luiz Gama, o centenário que ia ser em 1930. Nós estávamos em 1928. A ideia era a de erigir uma herma em praça pública. [...] O Largo do Arouche ficou coalhado de negros. [...] A maior parte do financiamento da herma a comissão conseguiu arrecadar no meio negro” (LEITE; CUTI, 1992, p. 83-88 – grifos meus). O busto de Luiz Gama foi esculpido por Yolando Mallozzi, segundo o Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

4 “Esse monumento teria um pedestal e em volta seriam representadas todas as fases de participação do negro [...]. Com a vinda da Revolução de 30 não se tocou mais no assunto do monumento. Mais tarde [1951] construiriam aquele outro no Largo do Paissandu. Aliás, eu não gostei. Aquilo foi um projeto de um vereador chamado Elias Chamas. [...] Mas para realizar escolheram um escultor modernista [Júlio Guerra]. [...] Se fosse uma branca não permitiriam que um artista fizesse uma figura deformada como aquela” (LEITE; CUTI, 1992, p. 97-99).

Associação Cultural do Negro, última organização negra importante da qual José Correia Leite participou de maneira ativa, sendo um dos seus dirigentes.

“SABE QUANTOS ANOS TINHA A ABOLIÇÃO? TRINTA E NOVE” – CARLOS DE ASSUMPÇÃO

Os caminhos que conduziram o hoje conhecido poeta Carlos de Assumpção à Associação Cultural do Negro remetem a experiências de socialização no mundo negro no interior de São Paulo, especificamente na cidade de Tietê. São os anos recentes da criação e fim da Frente Negra Brasileira (1931-1937), que, com sua capilaridade, alcança municípios em diferentes lugares do país e longe da capital paulista, onde foi criada. Em Tietê, a família Assumpção é composta de ao menos uma geração de descendentes de escravizados (os avós de Carlos) e sujeitos que, nos anos 1920 e 1930, fazem parte de associações locais do mundo negro, especificamente de irmandades, sem instrução formal. É o próprio poeta quem relata isso:

[...] eu sou de uma família bastante pobre, meu avô materno era carroceiro e transportava mercadoria da estação ferroviária da cidade pro centro, pro comércio local. [...] meu pai era analfabeto, era jardineiro [...]. Minha mãe fez o primário e naquele tempo fazer o primário já era uma grande coisa porque isso foi lá por 1910, ela era de 1910 [...] Havia na minha terra duas sociedades negras: uma era a Frente Negra, que era de origem da grande Frente Negra que nós tivemos em São Paulo, que tinha um negócio assim já de luta, um negócio de ativismo, um cunho de luta contra o preconceito. [...] Já a Associação Beneficente Treze de Maio era bastante liberal, a frequência era tanto de negros como de brancos, caboclos, todo mundo. [...] meu avô frequentava, ele foi presidente, inclusive da Associação Treze de maio que era a mais liberal, que aceitava todo mundo e depois minha mãe foi presidente também, ela gostava muito de ler, era uma pessoa muito lida, só fez o primário, mas tinha conhecimento das coisas⁵.

Além disso, uma sociabilidade ligada ao universo associativo religioso também cria uma forma de solidariedade no mundo negro tietense: a irmandade de São Benedito, nas memórias de Assumpção, congrega os grupos rivais da Frente Negra local (onde só havia negros) e da Associação Treze de Maio (mais permissiva em seu caráter étnico), bem como parte do mundo branco, em devoção ao santo, unindo negros, migrantes italianos e brasileiros não negros.

Se, por um lado, esse ambiente associativo complexifica e amalgama as experiências da discriminação, da integração e da devoção de famílias negras como as de Assumpção, por outro não explica ainda o ponto de inflexão de sua trajetória. Este se dá pela experiência escolar, o que é um rompimento decisivo com a geração dos avós e pais, ainda que conte parcialmente com o apoio daqueles (especialmente da mãe) e esteja condicionado a aspectos integracionistas com o mundo dos imigrantes brancos. Nascido 39 anos após a Abolição formal da escravidão, ele recorda que:

5 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

Eu estudei na escola, no grupo escolar Luiz Antunes lá em Tietê, hoje é colégio era curso primário. Eu fiz o curso primário lá, depois eu fiz o ginásio, fiz admissão[...]. A leitura abre janelas. Com isso eu peguei um certo jeito pra escrever. E a professora sempre elogiava tudo, e um professor chamado Joaquim Cruz, lá de Tietê, ele tinha um curso de admissão e conversou com a professora do quarto ano, falou pra ela que se tivesse algum aluno pobre, que não tivesse possibilidade de pagar o curso de admissão, que ele daria o curso de graça. Aí a professora falou pra mim: “olha, Carlos, você não quer estudar?”. Eu falei: “Nossa Senhora!”. Aí eu cheguei em casa, falei pra minha mãe, aí a minha mãe falou “ih, mas como assim vai estudar?”. Não havia jeito. Falou: “ah eu vou ver. Vou falar com seu pai”. Aí ela falou com meu pai tudo lá, convenceu meu pai. Meu pai não tava muito propenso pra isso não. Ele queria que eu fosse ajudar ele na roça. A minha mãe também tinha vontade de estudar e num pôde por causa do meu avô. O dela não foi por dinheiro não, foi meu avô⁶.

A concordância dos pais e o sucesso no teste de admissão permitiram a continuidade dos estudos até o ginásio. Concluída essa etapa, o jovem Assumpção deveria escolher entre os cursos clássico (voltado para humanas) ou o científico (exatas e biológicas). Como queria ser médico, escolhe a carreira científica e aos 19 anos vai para São Paulo, onde os eventos na cidade não lhe sucedem bem, por volta de 1946. Isso faz com que retorne a Tietê, aproveite sua formação no curso científico e se candidate a um curso na Escola Normal da cidade. Torna-se normalista, professor primário. A mãe ainda era uma influência decisiva, aprovando a carreira de professor e tendo sido sua inspiradora por se interessar por literatura, de acordo com suas memórias. Ela retirava livros da igreja local para leitura do jovem Assumpção.

Embora a Frente Negra Brasileira já houvesse sido forçada a encerrar suas atividades em 1937 em função do Estado Novo (1937-1945), Assumpção pôde, de acordo com suas memórias, ter contato com a produção material do jornal daquela associação, *A Voz da Raça*. Por meio dele, toma contato com o poeta Lino Guedes, que publicava no periódico frentenegrino e circulava pelo interior paulista (SILVA, 2017a): “Lino Guedes deu pra eu ouvir falar, e eu também li, o meu avô assinava *A Voz da Raça*. Eu nasci em 1927, em 1939 acabou a Frente Negra no Estado Novo. O meu avô foi colecionando *A Voz da Raça*, tinha uma coleção em casa, um pacotão”⁷.

Não são claros os caminhos rumo ao associativismo dos anos 1950, nas memórias de Assumpção. Após formado normalista, o retorno à capital paulista leva a uma nova rodada de tentativas de se inserir profissionalmente. Pode-se dizer que seja o caminho prático da integração do negro na sociedade de classes (FERNANDES, 1978): “eu fiz o normal e voltei pra São Paulo, deu tudo errado e fui ajudante em caminhão, faxineiro, fui servente de escola particular. E depois fui conferente de algodão”⁸. Mas também é nesse momento, por volta de 1950, que ele conhece a Associação José do Patrocínio, em que estava Raul Joviano do Amaral (advogado negro, ligado

6 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

7 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

8 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e também à Associação dos Negros Brasileiros, criada com José Correia Leite).

Eu morei na Alameda Glete. Ali eu morei num porão na casa da minha prima, tinha um quarto lá, ela era cozinheira de uma família rica lá. De lá, fui morar com uma outra prima minha que morava na Avenida Rio Branco. Eu ia nos bailes, nos Campos Elíseos. Alguém falou que tinha uma associação assim. Como eu estava acostumado a frequentar no interior, eu frequentava a Sociedade Treze de Maio, ia também na Frente Negra e quando falaram da [Associação] José do Patrocínio eu pensei que era igual. Falei “ah, vou lá ver”⁹.

Na Associação José do Patrocínio, o autor tem também o encontro com o jovem negro Jorge Prado Teixeira, também do interior de São Paulo (Ribeirão Preto), que participava daquela sociedade, era estudante da Faculdade de Filosofia da USP e também o contato dos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes no mundo associativo negro para a realização da Pesquisa Unesco de Relações Raciais (1951-1955).

Eu conheci o Jorge Prado Teixeira lá perto da Praça João Mendes. Perto de onde hoje é a Câmara Municipal tinha lá uma escola, e eles iam fazer uma pesquisa sobre o negro. O Jorge Prado era auxiliar deles lá, era o ponto de contato entre os negros e fazia o papel pra levar a negrada lá pra ser entrevistada, pra eles fazerem a pesquisa sobre nós, nós éramos objeto deles. Foi lá que começou tudo e de lá é que eu fui pra José do Patrocínio e de lá da José do Patrocínio que eu fui pra Associação Cultural do Negro. Não conheci o Correia Leite nessa época não, foi posteriormente, quando eu fui à Associação Cultural do Negro, que eu conheci o Correia Leite. O Raul Joviano do Amaral também eu conheci já quando eu estava na José do Patrocínio. O Geraldo Campos de Oliveira também eu conheci quando eu estava ainda na José do Patrocínio, ele me convidou pra ver a Associação Cultural e o Jorge ficou bravo: “Você tá me deixando? Tá nos deixando cara? Você não vem mais aqui, eu soube que você tá só lá na Associação Cultural”, que eles tinham certa rivalidade, também parece que a Associação Cultural do Negro tinha um cunho assim mais esquerdista, e a José do Patrocínio, nessa parte política, indefinida. José do Patrocínio era uma associação de pessoas negras pobres, todos trabalhadores braçais, a maioria¹⁰.

Os caminhos da integração na sociedade de classes se fundem com a busca intelectual de um jovem negro na casa dos 20 anos (Assumpção tinha 27 anos quando a ACN foi fundada, em 1954). Nesse espaço de acontecimentos confundem-se as trajetórias e experiências díspares de diferentes sujeitos sociais, num universo associativo com diferentes sentidos. Para Assumpção, a ACN é o local onde ele alavancará sua carreira literária e se tornará o poeta do “Protesto”, poema síntese do meio negro organizado dos anos 1950, que seria reeditado por uma grande editora nacional apenas mais de meio século depois (ASSUMPÇÃO, 2020). Vocaliza

9 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

10 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

as experiências da discriminação e das frustrações de um presente racista em São Paulo, mas também da luta contra o preconceito racial.

“O MEU APELIDO ERA ‘A ESTUDANTE’” –TEDA FERREIRA

Uma das poucas mulheres que podem ser alcançadas nos dias atuais, que participaram de experiências associativas como a da ACN, é Teda Ferreira Pellegrini, que, no cargo de primeira secretária, assessorava diretamente o Conselho Superior da entidade. Mas, novamente, importa saber os caminhos que levam ao ponto comum. Nascida em São Paulo, capital, no bairro da Mooca, em 1936, ela recordou em entrevista que:

[...] uma das coisas que era assim, muito questionável pelas nossas famílias antigas, era o desejo de participação na sociedade, o desejo, a ambição de sair daquele *status quo* e de superar as barreiras... Todas as pessoas que, assim, ansiavam ter um *status* diferenciado do que foi as nossas histórias antigas pela própria família eram meio que questionadas, meio criticadas... O meu apelido, por exemplo, era “a estudante”. Porque eu tinha uma outra história que pra mim era mais importante do que ser negra e lutar pela aceitação como negra, era a minha aceitação como pessoa. Porque eu não tinha pai. [...] Eu fui alfabetizada muito cedo. Então com cinco anos eu lia e fazia contaⁱⁱ.

Orfandade, busca intelectual e também experiência religiosa (no espaço católico da Cruzada Eucarística) fazem com que os caminhos de Teda Ferreira se cruzem com as trajetórias dos intelectuais citados anteriormente. A integração pelo trabalho na cidade é outro denominador comum. Oriunda de uma família pobre, em que as mulheres eram empregadas domésticas, inicialmente trabalhando como telefonista e posteriormente como atendente em um hospital paulistano, Teda começa, em suas memórias, a delinear o que lhe seria um caminho profissional. Numa primeira ideia, gostaria de ser concertista e tocar piano, por ter iniciado aulas pagas por um padrinho. Posteriormente, quando começou a trabalhar, queria ser médica – relato parecido ao de Assumpção. Contudo, diferente daquele, ela não altera a trajetória em razão de discriminação ou falta de incentivo familiar. A experiência de trabalho num hospital lhe trouxe a percepção das dificuldades da carreira, especialmente no que tangia ao atendimento de emergência. Por outro lado, a rotina de longos plantões e a distância do trabalho para casa faziam que, por vezes, ela permanecesse no ambiente hospitalar e tivesse contato com as histórias de vida de pacientes, levando-a a ouvi-los e mesmo consolá-los. Em suas recordações, a audição dos problemas faz com que se interesse pela clínica psicológica, profissão na qual se aposentou. Ademais, não poderia trabalhar para custear seus estudos caso escolhesse a outra carreira.

E aí eu queria fazer medicina. Mas eu cheguei à conclusão de que medicina era impossível pra mim. Porque eu não poderia trabalhar e estudar. Era tempo integral e eu não tinha nível financeiro pra poder fazer, mas aí eu queria ser doutora. Não

ⁱⁱ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

deixava por menos, já não estava mais ambicionando ser concertista, nem estudar em conservatório, acho que eu tinha parado piano até, mas queria ser doutora. Advogado não, não me atraía, mas medicina me atraía porque eu gostava muito de biologia, de botânica, e eu era muito boa. Então eu queria isso, mas cheguei à conclusão de que não dava. Aí eu fui fazer odontologia lá na [Rual] Três Rios¹². Eu me candidatei, passei no exame escrito. Era o tempo que tinha escrito e oral, né? E aí no exame oral eu comecei a responder as questões, levantei da banca e falei “tchau, eu não vou ficar aqui”. Os professores “não, mas como, porque, não sei o que, volta, volta”. “Não, não eu não quero ser dentista, tchau eu vou embora”. E aí fui acompanhar uma amiga minha na faculdade de filosofia que ela ia fazer, prestar vestibular lá, e eu fui junto e era bem nessa época de fazer exame, de fazer o vestibular e aí a pessoa ficou: “Você também vai fazer a prova?”. Eu falei: “não, não, eu não vou”. Aliás, isso foi antes de ir pra odontologia, eu estava inscrita na odontologia, mas foi antes do exame, e eu falei “não, eu vou prestar odonto”. Aí ela disse “não, imagina”, era uma freira até, “não vai fazer isso, mulher dentista que isso, é difícil, vem pra cá, vem fazer, com filosofia você pode fazer psicologia”, a psicologia ainda não estava oficializada. Aí eu perguntei a ela: “O que que psicólogo faz?”. Aliás não era psicólogo, era psicologista, o nome era psicologista. “O que que psicologista faz?”. “Ah, psicologistas atendem as pessoas, ajudam as pessoas a resolverem problemas afetivos, emocionais, etc.” Eu falei: “Puxa, é isso que eu quero”¹³.

Teda Ferreira tinha 17 anos quando prestou seu vestibular para filosofia, na USP, em 1953. Os caminhos para a psicologia e a psicanálise em São Paulo, na década de 1950, não eram ainda institucionalizados como curso superior. A formação em outra área de conhecimento era uma necessidade para se especializar nas áreas de estudo psíquico. Teda assim, nos anos 1950, era uma das poucas estudantes negras da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, cursando Filosofia. Será aluna dos cientistas sociais que levavam a cabo a pesquisa sobre relações raciais. E, ainda mais importante, será aluna de Virgínia Leone Bicudo, na Faculdade Filosofia, pioneira dos estudos em pós-graduação sobre relações raciais em São Paulo e na formação do campo psicanalítico na cidade.

[Virgínia Leone Bicudo¹⁴] foi minha professora. Ela era negra, mas acho que ela não sabia ou não queria ser negra, e outra, nessa época ninguém ficava assim meio que se declarando negro, né? Lembro, era uma excelente professora, mas, assim, eu nunca a vi chegando perto de mim como única mulher negra no meu grupo e de fazer qualquer tipo e referência a isso. Por isso que sempre que me refiro a ela eu digo que ela era negra e que acho que ela não sabia ou não queria saber. Virgínia entrou no

¹² Solar da Rua Marquês de Três Rios, antiga sede da Faculdade de Odontologia de São Paulo (USP, a partir de 1934).

¹³ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

¹⁴ Bicudo era uma mulher mestiça, filha de pai negro e mãe italiana. As percepções sociais sobre sua cor ou pertencimento étnico-racial variaram, ao longo de sua vida, a depender dos espaços sociais que ela logrou ocupar. Gomes (2013) estudou isso em detalhes.

que era chamado de especialização. Então a gente, ela era das que formaram as psicólogistas primeiros. As primeiras psicólogas, a Virgínia que fez e o Durval Marcondes que fez isso. Porque eram as matérias complementares pra ser psicólogo e aí na verdade a gente não precisava sair psicanalista, mas saía como psicólogo. Fui aluna do Florestan [Fernandes], fui aluna do Fernando Henrique [Cardoso], que era assistente do Florestan¹⁵.

Em suas recordações, a chegada à Associação Cultural do Negro coincide com o momento de grandes mudanças e buscas pessoais. Em 1953 ela se torna estudante da Faculdade de Filosofia; no ano seguinte a ACN é formada em São Paulo. E de maneira quase sincrônica,

E aí assim, até então, até entrar na universidade eu não tinha a menor noção de que existissem grupos discutindo sobre negritude. Nunca. Aliás, até leitura de livros, né, a minha família era uma família muito simples. Mas até então eu não sabia de nada e um dia, quando estava na universidade, eu li no jornal uma notícia desse tamanhinho, no pé da página, que haveria uma reunião da Associação Cultural do Negro no prédio Martinelli. Eu fiquei curiosíssima, né? Eu falei eu quero saber o que que é isso, mas claro que eu não contei pra ninguém da minha casa. Acho que [eu já tinha] 18 anos. Por aí, eu já estava na universidade. Aí eu fui. Eu fui na reunião e foi assim, fiquei perplexa de conhecer, aí nesse momento eu conhecia o professor Israel de Castro, que era professor de inglês na época e negro e eu nunca tinha visto professor negro na minha vida até então. Tinha o Geraldo Campos, que era jornalista, tinha Oswaldo Camargo, que tinha minha idade, naquela época, e os outros eram todos mais velhos e mais profissionalizados. O Oswaldo acho que estava em início de carreira, trabalhava no Estadão. Pedrina Alvarenga, que foi um marco na minha vida também. A Pedrina era interessada no esporte então, inclusive na Associação ela era diretora do esporte. Congregava todas as moças pra jogar, elas foram campeãs de basquete e treinavam aqui em Indianópolis numa quadra. Ali eu conheci o professor [José] Correia Leite, que acabou sendo o meu padrinho de casamento. [Eu me tornei primeira secretária] porque eu já a era universitária, né? E as outras mulheres não eram¹⁶.

Embora tenha sido curto seu período na ACN (entre 1956 e 1961, aproximadamente), os caminhos de Teda Ferreira até a entidade flagram aspectos de uma experiência universitária negra e também feminina da trajetória escolar. No espaço associativo, o capital cultural de estudante de curso superior é um diferencial que se amalgama com o fato de ser mulher e o condicionamento social, machista, que mesmo em meio a um universo negro em busca de reivindicação de direitos se faz presente: mulheres assessoravam, trabalhavam nos bastidores, cuidavam de “assuntos femininos”,

¹⁵ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

¹⁶ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

secretariavam, mas não chegavam à direção da ACN¹⁷. De toda maneira, como nos outros casos, a chegada ao ponto comum das trajetórias é o que faz parar a análise por aqui.

“FOI UM DESLUMBRAMENTO COM SÃO PAULO E UM DESLUMBRAMENTO COM O NEGRO” – OSWALDO DE CAMARGO

A última trajetória a se tratar nos caminhos que levaram ao associativismo negro configurado na ACN é a de Oswaldo de Camargo. A vida negra proteica assume traços comuns com os dos outros, tanto pelas experiências familiares como pelos caminhos que levam a ou se palmilham em São Paulo. Nascido em Bragança Paulista em 1936, Camargo chega à cidade por volta de 1955, após ter passado anos da infância e adolescência em seminário religioso em Poá, visando sua formação para ser padre. Isso lhe foi interditado por discriminação racial – o fato incomum da existência de padres negros no interior paulista, segundo ele recorda. No seminário ele toma contato com uma formação humanística, especialmente literária e musical, que lhe auxiliaria nos caminhos futuros.

Antes, porém, houve Bragança Paulista e a experiência familiar negra de sujeitos marcados pelo trabalho rural, a perda precoce da mãe, pela tuberculose, aos 7 anos, em 1943. Oswaldo de Camargo me concedeu duas entrevistas distanciadas no tempo, em 2007 e 2017. Além disso, publicou nesse meio-tempo um livro com suas memórias pessoais, recordando aspectos de sua infância e juventude intitulado *Raiz de um negro brasileiro* (CAMARGO, 2015).

Em suas memórias, Camargo sugere que seu bisavô teria participado do Clube dos Escravos, criado na sua cidade natal em 1881, um dos espaços de solidariedade, beneficência e mútuo apoio; Bragança Paulista figuraria, assim, como possuidora de um dos mais antigos do Brasil: o Clube dos Escravos, de 1881 (na esteira da Sociedade Floresta Aurora, criada no RS, em 1874 e ainda em atividade), e o mais antigo de São Paulo (precedendo o Clube 28 de Setembro de Jundiaí, criado em 1897, funcionando nos dias correntes). A experiência do Clube Bragantino foi destruída antes de Abolição e os estudos sobre ela são inexistentes.

Pensando no Clube dos Escravos, e atento hoje a conversas ouvidas em nossa família, chego a supor que meu bisavô, pai de meu avô Benedito Cantiliano, foi um dos que se sentaram em banco de ensino no casebre da Rua Santa Clara, quando na cidade ainda havia servidão. Benedito Cantiliano [...] tirou bom proveito dos conhecimentos que o pai recebera no Clube. [...] Sabia muito mais que todo aquele povo no redor da

¹⁷ “Departamento Feminino, essas mulheres tinham lá as que eram do departamento feminino, mas tinham as mulheres que eram mais velhas. As mulheres mais moças não, elas participavam, brincavam, iam pro baile, não sei o que, mas, assim, departamento feminino era das mulheres mais velhas. Elas eram dos bastidores, mulheres dinâmicas também assim, mas também no lugar de mulher porque os homens todos eram assim. De ‘mulher lava a roupa, passa roupa, limpa’”. Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

Rua dos Porcos, na qual morava, e aonde fui residir, nos meus quatro, cinco anos, em uma casinha de três cômodos, coberta de zinco, pousada à beira de uma depressão de terreno [...]. (CAMARGO, 2015, p. 28).

O espaço inicial dessa memória é o dos pobres da zona rural bragantina, que trafegam como trabalhadores de fazendas, em meio a cafezais, matas cerradas, moleques que brincam no estrume, terras de pretos libertos trocados por cobradores em geadas, rua dos Porcos etc. ainda conectados com o período da escravidão: um espaço social onde ainda existem sinhazinhas e os nomes que os negros devem receber não podem ser estranhos ao universo dos pretos. Oswaldo, portanto, configurar-se-ia como um estranho. No caso dele, o que recorda é de um mundo fechado em poucas ruas dos espaços negros na cidade e uma vida erodida pela morte da mãe, tristeza e desgraças do pai, fora a morte de irmãos pequenos. Como escapar à roda enfadonha do destino comum?

As mãos que se estendem são negras e apontam para São Paulo como norte, pela linha do trem. Das melhores perspectivas de vida, tem-se o tio Sebastião, trabalhador da Estrada de Ferro Bragantina; e a tia Maria Esther, arrumadeira de fora (que trabalhava nos espaços externos da casa), da família Mesquita – do grupo republicano e abolicionista do jornal *O Estado de S. Paulo*. É Maria Esther, a quem o narrador dedica suas memórias, que expulsa o caos hospedado na vida de um Oswaldo de 7 anos de idade e seus irmãos, com 5 e 1 ano e meio, respectivamente. Uma das saídas encontradas, pela tia, foi o internato em espaços religiosos, nos quais o jovem Camargo permaneceria mais de uma década.

Ali que eu vou pegar o gosto pela leitura. Quero ser padre, nenhum seminário que existe aqui me recebeu, por causa da cor, seminário menor de Pirapora etc., porque os padres procuraram. Então fui estudar em São José do Rio Preto, seminário menor, Nossa senhora da Paz, fundado e dirigido por dom Lafaiete Libânia, que foi professor do Plínio Salgado. De lá eu saio com 17 anos e pouco em 1954, então eu venho de Rio Preto, pra daí que eu me torno organista da igreja do Rosário dos Homens Pretos. Eu acredito que começo a tocar órgão ali já no começo do mês de julho, em julho de 1954 eu já estou em São Paulo, no centenário, então eu pego ainda uns rebotes do quartocentenário de São Paulo. Então em 1954 chego a São Paulo. Eu moro em Santa Cecília, na Rua Albuquerque Lins, com a minha madrinha, que seria minha mãe de criação. Frequento a igreja coração de Maria, santuário coração de Maria que a minha madrinha também frequenta, que é perto de casa. La está dona Alcina, que provavelmente é filha de Maria ali, do mesmo jeito que é a minha mãe de criação, que é Maria Esther Silva, então quando eu saio do seminário, provavelmente ela sabendo que eu tocava órgão, ela me indicou para a igreja do Rosário. Então foi aí que eu comecei a ganhar o meu primeiro dinheiro da vida, foi na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, 30 mil réis cada missa¹⁸.

O contato inicial como organista da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos insere Camargo num dos espaços sociais do associativismo negro paulistano,

18 Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

o de vocação católica, pelo qual outros personagens da história negra associativa também circulavam, como Raul Joviano do Amaral, o mesmo sujeito da Associação José do Patrocínio, de jornais da imprensa negra dos anos 1930, da Frente Negra Brasileira e que se conectaria por isso a José Correia Leite, um fundadores da ACN.

De maneira semelhante a Teda Ferreira Pellegrini, Oswaldo tem um capital cultural diferenciado no meio negro de então: jovem bem formado, músico de conhecimento clássico. E também com facilidade para a escrita. Isso o conduz a outros espaços interpenetrantes. “Então alguém, uma pessoa chamada Alcina, que é a mesma pessoa, era uma negra doméstica, é a mesma pessoa que vai me indicar para o professor Ovídio para ser o editor do jornal dele, para trabalhar com ele no lugar do Aristides, mais ou menos isso”¹⁹. Ovídio é Ovídio Pereira dos Santos, e Aristides é Aristides Barbosa. O primeiro, editor do jornal negro paulistano *Novo Horizonte*. O segundo, além de trabalhar no jornal, era um membro ativo da ACN. A figura de Alcina, empregada doméstica negra, funciona como um elo decisivo entre diferentes mundos do associativismo para o jovem Oswaldo de Camargo, recém-chegado do interior. Isso também demonstra a capilaridade social do mundo negro paulistano, em que diferentes estratos de classe podem se encontrar numa rede de interesses que podem ser comuns.

Na igreja, eu toco harmônio, toco órgão, recebo 30 mil réis, começo a comprar meus primeiros livros na livraria Teixeira, na rua Libero Badaró [...], lendo alguma coisa em jornal, eu descubro que existe, em São Paulo, uma associação chamada Associação Cultural do Negro. Eu nunca tinha tido contato nenhum com nenhuma associação, o primeiro reduto de negros que eu comecei a frequentar por ser organista foi a irmandade do Rosário, então o meu contato com negros reunidos não existia. A partir do momento que eu vejo o nome Associação Cultural do Negro, pra mim foi uma descoberta imensa aquilo, o fato de ligar negro a cultura, Associação Cultural do Negro, e lá tinha o endereço, que era a dona Pedrina chamando para o baile numa festa junina se eu não me engano [...]. A partir desse momento eu tento correndo descobrir quem é essa dona Pedrina e, para conhecer essa associação, foi aí então que eu, ela me deu o endereço da associação, não sei se estava na igreja, se ela foi no jornal, em todo caso eu sei que foi mediante a Pedrina Alvarenga que eu me interessei e fui procurar a Associação Cultural do Negro²⁰.

E ainda há a sincronia da integração na sociedade de classes, experienciada pelo jovem Oswaldo de Camargo, na altura de seus 20 anos: “Chegou aqui um jovem [na Associação Cultural do Negro], que toca piano, um jovem que escreve...” “E ao mesmo tempo, também, que me deu maior relevo, neste ano eu faço um teste no Estadão e assumo o cargo de revisor. Em 1955, já estou na revisão do jornal [O Estado de São

¹⁹ Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

²⁰ Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

Paulo”²¹. O jovem Oswaldo de Camargo, a partir de 1954, passa a ter o que ele chamou, em entrevista, de uma espécie de duplo deslumbramento: ante a metrópole paulista e ante o encontro com o meio negro organizado e algumas de suas figuras importantes de então²². A chegada à ACN é o ponto de convergência que, como nos casos anteriores, encerra o esboço da trajetória desse personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei unir aspectos de um debate sociológico clássico sobre o pensamento social brasileiro (a questão racial) a partir das pesquisas em relações raciais num momento específico em São Paulo com a corporificação da hipótese de Alberto Guerreiro Ramos a respeito da vida negra como algo proteico. Para fazer isso, a perspectiva da reconstrução de experiências e espaços sociais por uma sociologia da memória coletiva pareceu-me um caminho fecundo. As trajetórias individuais, focadas num ponto comum, permitem compor um panorama de uma experiência coletiva, múltipla, dialógica e com os conflitos próprios à reconstrução de fatos vividos por sujeitos dessemelhantes que partilharam uma experiência social comum.

Levada a sério aquela epígrafe, existe um campo bastante aberto de investigação sobre os caminhos empíricos que levam sujeitos negros a se organizarem coletivamente nisso que estou chamando de *mundos do associativismo negro paulistano*. Uma das possibilidades da pesquisa é a respeito da trajetória, com os devidos cuidados que se devam tomar com os efeitos ilusórios e interessados de reconstrução da memória individual em face da memória coletiva, como já apontam classicamente os trabalhos de Halbwachs (1925; 1950), Bourdieu (1986), Pollak (1989), Jellin (2017), Sarlo (2007): a rememoração interessada do presente, a justificação do passado pelo presente pode provocar linearidade onde ela não existiu. Logo, o concurso a uma gama variada de fontes analíticas e seu cruzamento é importante, não para descredibilizar a rememoração individual, mas para enquadrá-la e qualificá-la num contexto social. A produção da ilusão também pode ser uma decorrência da ação do pesquisador, que, em seu esforço de compreensão, retifica linhas tortas e faz com que elas se encontrem todas no mesmo plano. Estar ciente desse fato não torna a investigação menos necessária: por vezes, considerando as fontes primárias disponíveis, o recurso à entrevista é o que permitirá tratar de uma memória social, como as das experiências negras, que são alvo de uma prática social do esquecimento, em razão do desinteresse racista e discriminação correlata.

Igualmente factual é que aquelas trajetórias aleatórias se encontraram, ao final

21 Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 29 de julho de 2007).

22 “A Associação vai fazer parte de um deslumbramento de uma pessoa que foi criada em Bragança, como euuento no meu livro, as poucas vezes que eu vim aqui, eu ficava deslumbrado com os prédios, com os bondes, com tudo, né, eu estou começando a viver em São Paulo, eu estou começando a frequentar redutos de São Paulo e por uma sorte muito grande, o primeiro reduto que eu vou frequentar é o reduto ligado ao negro. [O poeta] Eduardo de Oliveira que ali estava sempre, o [Carlos de] Assumpção também estava lá. Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (SP, 4 de março de 2017).

dos anos 1950, num mesmo querer e agir coletivo comum, que produziria efeitos para as décadas seguintes. Há pontos recorrentes, como quis demonstrar, e há uma busca comum de pontos familiares que levam à construção de uma associação negra no meio do século XX por jornalistas, escritores, estudantes, empregadas domésticas, funcionários públicos entre muitas outras ocupações.

Será essa geração intermediária do associativismo negro paulistano que construirá partes possíveis da ponte com as experiências do início do século XX para a geração que a partir de 1978, com organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) ou os Cadernos Negros (1978) e, posteriormente, Quilombhoje Literatura (1982-) ou agendas em torno da preservação da memória social negra (como a Serra da Barriga e o Quilombo dos Palmares; a luta rural pelas terras de pretos ou o ensino de história africana e afro-brasileira) moldarão aspectos da luta antirracista contemporânea. Uma vida negra multiforme, que não se define apenas pela violência imposta pelo racismo, e cuja experiência coletiva interessa ao pensamento social brasileiro porque baliza as análises realizadas no período sobre os limites da democracia, da democracia racial e da luta por direitos, que viria informar, nos anos 1970 e 1980, a agenda antirracista dos movimentos negros e das ciências sociais e história, interessadas nesse debate. Há muito ainda a ser feito, nesse sentido, pelas pesquisas de nossa área de pensamento social no Brasil.

SOBRE O AUTOR

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA é professor livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp).
mariomed@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1938-8722>

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela Abolição da escravidão no Brasil otocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, set.-dez, 2011, p. 166-199. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300007>.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AMARAL, Raul Joviano. *Os pretos do Rosário de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 1991.
- ANDRADE, Mário de. O samba rural paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, v. XLI, ano IV, novembro, 1937.
- ANDREWS, George R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- ASSUMPÇÃO, Carlos de. *Não pararei de gritar: poemas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. (1955). *Brancos e negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre os aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos B. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- BICUDO, Virgínia L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 62-63, juin 1986, p. 69-72. Disponível em: <https://shorturl.at/SCwXs>. Acesso em: out. 2024.
- BOSI, Ecléa. (1979). *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRASIL JR., Antônio e Silva. Racismo e limites à democracia em *A integração do negro na sociedade de classes*. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021, p. 9-49.
- CAMARGO, Oswaldo de. *Raiz de um negro brasileiro*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DOMINGUES, Petrônio. A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico. *Comunicação* apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Os Pérolas Negras: A participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. In: DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*, São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 96-146.
- DOMINGUES, Petrônio. "Em defesa da humanidade": A Associação Cultural do Negro. *Dados*, v. 61, n.1, 2018a, p. 171-211. <https://doi.org/10.1590/001152582018150>.
- DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b, p. 113-122.
- FAUSTINO, Oswaldo. *A Legião Negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A geração perdida: a sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 213-252.
- FERNANDES, Florestan. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. V. 2. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- GOMES, Janaína D. *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. (1925). *Los marcos sociales de la memoria*. Caracas: Universidad de Venezuela, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. (1950). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEYMANN, Luciana Q. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. Texto apresentado no III Seminário Pronex "Cidadania e Direitos", na mesa "Dever e direito à memória". CPDOC, 27 a 29 de novembro de 2006. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006. Disponível em: <https://shorturl.at/FiMWa>. Acesso: out. 2024.
- HANCHARD, Michael. Black memory versus state memory: notes toward a method. *Small Axe*, v. 12, n. 2, 2008, p.45-62. <https://doi.org/10.1215/-12-2-45>.

- JELLIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.
- JELLIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.
- LEITE, José Correia; CUTI. ... *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco*: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.
- MARTINS, Gabriela P. *Entre a espada e a coroa*: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-Abolição (1888-1889). Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul;BRANT, Vinicius C. (Org.). *São Paulo*: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Cebrap, 1983, p. 143-175.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PINTO, Ana Flávia M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PINTO, Ana Flávia M. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- PINTO, L. A. Costa. (1953). *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raça numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo*: luta e identidade. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: out. 2024.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*: introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 47, 1938.
- RIOS, Flávia Mateus. *Elite política negra no Brasil*: relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Joana M. F. *Centro de cultura e arte negra*: trajetória e consciência étnica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.
- SILVA, Mário A. M. da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, 2012, p.227-273. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100007>.
- SILVA, Mário A. M. da. Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, 2017a, p. 597-622. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000300005>.
- SILVA, Mário A. M. da. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo anos 1960. *Análise Social*, Lisboa, v. 52, n. 225, 2017b, p. 804-826. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017225.04>.
- SILVA, Mário A. M. da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-

1970. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, 2018, p. 109-131. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v814>.
- SILVA, Mário A. M. da. O teatro experimental do negro de São Paulo, 1945-66. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, n. 2, 2022, p. 389-410. <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020011>.
- SILVA, Mário A. M. da. Associativismo negro. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio A. dos; RATTS, Alex. *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 46-51.
- SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall. *What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality*. Princeton, NJ; Oxford, U.K.: Princeton University Press, 2006.
- SOTERO, Edilza. *Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- TIEDE, Livia M. O associativismo negro paulistano e o Gandhi da Frente: Frederico Baptista de Souza – São Paulo/Brasil (1875-1937). In: II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, Rio de Janeiro, 2018.
- TRAPP, Rafael P. *O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil* (São Paulo, década de 1970). Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2018.